Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade

Regulamento (CE) n.º 2374/1999 da Comissão, de 9 de Novembro de 1999, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas	1
* Regulamento (CE) n.º 2375/1999 da Comissão, de 9 de Novembro de 1999, relativo à suspensão da pesca do lagostim por navios arvorando pavilhão da Dinamarca	3
* Regulamento (CE) n.º 2376/1999 da Comissão, de 9 de Novembro de 1999, relativo à classificação de certas mercadorias na Nomenclatura Combinada	4
* Regulamento (CE) n.º 2377/1999 da Comissão, de 9 de Novembro de 1999, que estabelece a norma de comercialização relativa aos espargos	6
* Regulamento (CE) n.º 2378/1999 da Comissão, de 9 de Novembro de 1999, que rectifica o Regulamento (CE) n.º 1282/1999 que prevê a concessão da indemnização compensatória às organizações de produtores, em relação ao atum entregue à indústria de transformação durante o período compreendido entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 1998	12
Regulamento (CE) n.º 2379/1999 da Comissão, de 9 de Novembro de 1999, relativo à entrega de certificados de importação para carne de bovino de alta qualidade, fresca, refrigerada ou congelada	13

Rectificações

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 2348/1999 da Comissão, de 3 de Novembro de 1999, que fixa os preços comunitários de produção e os preços comunitários de importação para os cravos e as rosas em aplicação do regime de importação de determinados produtos de floricultura originários de Chipre, de Israel, da Jordânia, de Marrocos, bem como da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (JO L 281 de 4.11.1999)	14
---	----

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 2374/1999 DA COMISSÃO
de 9 de Novembro de 1999
que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de
certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1498/98 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round», os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo;

- (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 10 de Novembro de 1999.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Novembro de 1999.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 337 de 24.12.1994, p. 66.

⁽²⁾ JO L 198 de 15.7.1998, p. 4.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 9 de Novembro de 1999, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação	
0702 00 00	052	117,2	
	204	108,7	
	999	113,0	
0707 00 05	052	64,1	
	628	134,8	
	999	99,5	
0709 90 70	052	67,1	
	999	67,1	
0805 20 30, 0805 20 50, 0805 20 70, 0805 20 90	052	48,2	
	464	102,0	
	999	75,1	
	0805 30 10	052	49,0
0805 30 10	388	55,9	
	528	63,8	
	600	78,6	
	999	61,8	
	0806 10 10	052	152,9
	400	306,5	
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	999	229,7	
	060	34,8	
	400	77,3	
	404	62,9	
	804	23,6	
	999	49,6	
0808 20 50	052	87,4	
	064	68,3	
	400	89,3	
	999	81,7	

(¹) Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2645/98 da Comissão (JO L 335 de 10.12.1998, p. 22). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) N.º 2375/1999 DA COMISSÃO
de 9 de Novembro de 1999
relativo à suspensão da pesca do lagostim por navios arvorando pavilhão da Dinamarca

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,
Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2847/93 do Conselho, de 12 de Outubro de 1993, que institui um regime de controlo aplicável à política comum das pescas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2846/98 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 21.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 48/1999 do Conselho, de 18 de Dezembro de 1998, que fixa os totais admissíveis de capturas para 1999 e certas condições em que podem ser pescadas determinadas unidades populacionais ou grupos de unidades populacionais de peixes ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1619/1999 da Comissão ⁽⁴⁾, estabelece quotas de lagostim para 1999;
- (2) Para assegurar o respeito das disposições relativas às limitações quantitativas das capturas de uma unidade populacional submetida a quota, é necessário que a Comissão fixe a data em que se considera que as capturas efectuadas por navios arvorando pavilhão de um Estado-Membro esgotaram a quota atribuída;
- (3) De acordo com as informações comunicadas à Comissão, as capturas de lagostim nas águas das divisões CIEM IIa (zona CE), e IV (zona CE), efectuadas por

navios arvorando pavilhão da Dinamarca ou registados na Dinamarca, atingiram a quota atribuída para 1999; a Dinamarca proibiu a pesca desta unidade populacional a partir de 25 de Setembro de 1999; é, por conseguinte, conveniente manter essa data,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Considera-se que as capturas de lagostim nas águas das divisões CIEM IIa (zona CE) e IV (zona CE), efectuadas pelos navios arvorando pavilhão da Dinamarca ou registados na Dinamarca, atingiram a quota atribuída à Dinamarca para 1999.

É proibida a pesca do lagostim nas águas das divisões CIEM IIa (zona CE) e IV (zona CE), por navios arvorando pavilhão da Dinamarca ou registados na Dinamarca, assim como a manutenção a bordo, o transbordo e o desembarque desta unidade populacional capturada pelos referidos navios após a data de aplicação do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável com efeitos desde 25 de Setembro de 1999.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Novembro de 1999.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 261 de 20.10.1993, p. 1.

⁽²⁾ JO L 358 de 31.12.1998, p. 5.

⁽³⁾ JO L 13 de 18.1.1999, p. 1.

⁽⁴⁾ JO L 192 de 24.7.1999, p. 14.

REGULAMENTO (CE) N.º 2376/1999 DA COMISSÃO
de 9 de Novembro de 1999
relativo à classificação de certas mercadorias na Nomenclatura Combinada

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho, de 23 de Julho de 1987, relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1835/1999 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 9.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A fim de assegurar a aplicação uniforme da Nomenclatura Combinada anexa ao regulamento acima referido, importa adoptar disposições relativas à classificação de mercadorias que figuram no anexo do presente regulamento;
- (2) O Regulamento (CEE) n.º 2658/87 fixa as regras gerais para a interpretação da Nomenclatura Combinada. Essas regras aplicam-se igualmente a qualquer nomenclatura que retome a Nomenclatura Combinada, parcialmente ou acrescentando-lhe eventualmente subdivisões, e que está estabelecida por regulamentações comunitárias específicas com vista à aplicação de medidas pautais ou de outras medidas no âmbito do comércio de mercadorias;
- (3) Em aplicação das referidas regras gerais, as mercadorias descritas na coluna 1 do quadro que figura no anexo do presente regulamento devem ser classificadas nos códigos NC correspondentes, indicados na coluna 2, por força dos fundamentos indicados na coluna 3;
- (4) É oportuno que as informações pautais vinculativas, dadas pelas autoridades aduaneiras dos Estados-Membros em matéria de classificação de mercadorias na nomenclatura aduaneira e que não estejam em conformidade com as disposições estabelecidas no presente

regulamento, possam continuar a ser invocadas pelos seus titulares durante um período de três meses, em conformidade com o n.º 6 do artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o código aduaneiro comunitário ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 955/1999 do Conselho e do Parlamento Europeu ⁽⁴⁾;

- (5) As disposições do presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité do Código Aduaneiro,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As mercadorias descritas na coluna 1 do quadro em anexo devem ser classificadas na Nomenclatura Combinada nos códigos NC correspondentes, indicados na coluna 2 do referido quadro.

Artigo 2.º

As informações pautais vinculativas emitidas pelas autoridades aduaneiras dos Estados-Membros que não estão em conformidade com o direito estabelecido pelo presente regulamento podem continuar a ser invocadas, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, durante um período de três meses.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Novembro de 1999.

Pela Comissão

Frederik BOLKESTEIN

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 256 de 7.9.1987, p. 1.

⁽²⁾ JO L 224 de 25.8.1999, p. 5.

⁽³⁾ JO L 302 de 19.10.1992, p. 1.

⁽⁴⁾ JO L 119 de 7.5.1999, p. 1.

ANEXO

Designação da mercadoria	Código NC	Fundamento
(1)	(2)	(3)
<p>Preparação alimentar congelada, apresentada sob a forma de uma pequena bola de carne, envolvida em massa, aberta na base, da qual sai, do lado oposto, uma parte de camarão. A massa reveste uma mistura cozida, de carne de frango, pedaços de cebola e especiarias, bem como o resto do camarão.</p> <p>O produto apresenta a seguinte composição (percentagem em peso):</p> <ul style="list-style-type: none">— carne de frango 48,2,— camarão 13,3,— cebola 9,7,— massa alimentícia 28,8. <p>O produto pode ser consumido após frito em óleo ou gordura.</p>	1602 32 30	<p>A classificação é determinada pelas disposições das regras gerais 1 e 6 para a interpretação da Nomenclatura Combinada, pela nota 2 do capítulo 16, nota 1a) do capítulo 19, bem como pelos descritivos dos códigos NC 1602, 1602 32 e 1602 32 30.</p> <p>O produto deve ser considerado uma preparação de carne envolvida numa fina camada de massa, de acordo com as notas explicativas do Sistema Harmonizado, código 1602, ponto 2, 3)</p>

REGULAMENTO (CE) N.º 2377/1999 DA COMISSÃO
de 9 de Novembro de 1999
que estabelece a norma de comercialização relativa aos espargos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2200/96 do Conselho, de 28 de Outubro de 1996, que estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1257/1999 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 2.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Os espargos figuram, no anexo I do Regulamento (CE) n.º 2200/96, entre os produtos que devem ser objecto de normas; o Regulamento (CEE) n.º 454/92 da Comissão, de 26 de Fevereiro de 1992, que fixa as normas de qualidade para os espargos ⁽³⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 888/97 ⁽⁴⁾, deve ser objecto de diversas alterações; a fim de assegurar a clareza jurídica, o Regulamento (CEE) n.º 454/92 deve ser revogado e a referida regulamentação reformulada; para esse efeito, é conveniente, por razões de transparência no mercado mundial, atender à norma recomendada para os espargos pelo grupo de trabalho para a normalização dos géneros perecíveis e para o melhoramento da qualidade da Comissão Económico para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU);
- (2) É oportuno simplificar o modo de calibragem dos espargos a fim de o tornar compatível com a evolução das condições de produção e de comercialização, nomeadamente com as exigências dos mercados grossistas e dos consumidores; essa simplificação passa pela flexibilização do quadro de calibragem dos espargos segundo o diâmetro e pela diminuição do diâmetro mínimo dos espargos verdes e violetas/verdes para 3 milímetros; essas alterações permitem comercializar os espargos verdes finos, bem como os espargos do tipo «triguero», nas mesmas condições que o conjunto dos outros espargos;
- (3) A aplicação dessas normas deve ter por efeito eliminar do mercado os produtos de qualidade não satisfatória, orientar a produção de forma a satisfazer as exigências dos consumidores e facilitar as relações comerciais na base de uma concorrência leal, contribuindo assim para melhorar a rentabilidade da produção;

- (4) As normas são aplicáveis em todos os estádios da comercialização; o transporte a uma grande distância, o armazenamento de uma certa duração ou as diferentes manipulações a que os produtos são submetidos podem causar certas alterações devidas à evolução biológica desses produtos ou ao seu carácter mais ou menos perecível; é pois, necessário ter em conta essas alterações ao aplicar as normas nos estádios da comercialização que se seguem ao estádio da expedição; dado que os produtos da categoria «Extra» devem ser objecto de uma selecção e de um acondicionamento especialmente cuidados, só deve ser tomada em consideração, no que lhes diz respeito, a diminuição do estado de frescura e de turgescência;
- (5) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão das Frutas e dos Produtos Hortícolas Frescos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A norma de comercialização relativa aos espargos do código NC 0709 20 00 consta do anexo.

A norma aplica-se a todos os estádios da comercialização, nas condições previstas no Regulamento (CE) n.º 2200/96.

No entanto, nos estádios que se seguem ao da expedição, os produtos podem apresentar, em relação às prescrições da norma:

- uma ligeira diminuição do estado de frescura e de turgescência,
- para os produtos classificados nas categorias que não a categoria «Extra», ligeiras alterações devidas à sua evolução e ao seu carácter mais ou menos perecível.

Artigo 2.º

É revogado o Regulamento (CEE) n.º 454/92.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no sétimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2000.

⁽¹⁾ JO L 297 de 21.11.1996, p. 1.

⁽²⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 80.

⁽³⁾ JO L 52 de 27.2.1992, p. 29.

⁽⁴⁾ JO L 126 de 17.5.1997, p. 11.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Novembro de 1999.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

NORMA RELATIVA AOS ESPARGOS

I. DEFINIÇÃO DO PRODUTO

A presente norma diz respeito aos turiões das variedades (cultivares) de *Asparagus officinalis* L. que se destinem a ser apresentados ao consumidor no estado fresco, com exclusão dos espargos destinados a transformação industrial.

Os turiões dos espargos são classificados em quatro grupos, de acordo com a sua coloração:

1. Espargos brancos;
2. Espargos violetas, se o gomo tiver uma coloração rosa a violeta/púrpura e uma parte do turião for branca;
3. Espargos violetas/verdes, se apresentarem uma parte de coloração violeta e verde;
4. Espargos verdes, se o gomo e a maior parte do turião apresentarem uma coloração verde.

A presente norma não se aplica aos espargos verdes e violetas/verdes de diâmetro inferior a 3 milímetros, nem aos espargos brancos e aos espargos violetas de diâmetro inferior a 8 milímetros, apresentados em molhos uniformes ou em embalagens unitárias.

II. DISPOSIÇÕES RELATIVAS À QUALIDADE

O objectivo da norma é definir as características de qualidade que os espargos devem apresentar depois de acondicionados e embalados.

A. Características mínimas

Em todas as categorias, tidas em conta as disposições específicas previstas para cada categoria e as tolerâncias admitidas, os turiões devem apresentar-se:

- inteiros,
- são: são excluídos os produtos que apresentem podridões ou alterações que os tornem impróprios para consumo,
- isentos de danos causados por lavagem inadequada (os turiões podem ter sido lavados mas não devem ter permanecido imersos),
- limpos, praticamente isentos de matérias estranhas visíveis,
- frescos quanto ao aspecto e odor,
- praticamente isentos de parasitas,
- praticamente isentos de ataques de parasitas,
- praticamente isentos de pisaduras,
- isentos de humidades exteriores anormais, isto é devidamente secos se tiverem sido lavados ou arrefecidos em água fria,
- isentos de odores e/ou sabores estranhos.

A secção efectuada na base deve ser tão perfeita quanto possível.

Além disso, os turiões não devem ser nem ocos, nem fendidos, nem raspados, nem partidos. No entanto, são admitidas pequenas fendas surgidas após a colheita, desde que não excedam os limites previstos na parte A do capítulo IV, «Tolerâncias de qualidade».

O desenvolvimento e o estado dos espargos devem permitir-lhes:

- suportar o transporte e as outras movimentações a que são sujeitos, e
- chegar ao lugar de destino em condições satisfatórias.

B. Classificação

Os espargos são classificados nas três categorias a seguir definidas:

i) Categoria «Extra»

Os turiões classificados nesta categoria devem ser de qualidade superior e devem ser bem formados e praticamente direitos. Atendendo às características normais do grupo a que pertencem, o gomo terminal deve apresentar-se bem fechado.

São apenas permitidos nos turiões alguns vestígios de ferrugem muito ligeiros, desde que possam ser eliminados por raspagem normal pelo consumidor.

Em relação ao grupo dos espargos brancos, as pontas e os turiões devem ser brancos; é apenas permitida nos turiões uma coloração rosa ligeira.

Os espargos verdes devem ser totalmente verdes.

Nesta categoria, não são permitidos quaisquer vestígios de lenhificação.

A secção efectuada na base dos turiões deve ser tão perpendicular ao eixo longitudinal quanto possível. No entanto, para melhorar a apresentação, quando os espargos são apresentados em molhos, os espargos da periferia podem ser ligeiramente cortados em bisel, cuja altura não deve exceder 1 centímetro.

ii) Categoria I

Os turiões classificados nesta categoria devem ser de boa qualidade e bem formados. Podem apresentar uma ligeira curvatura. Atendendo às características normais do grupo a que pertencem, o gomo terminal deve apresentar-se fechado.

São permitidos ligeiros vestígios, de ferrugem, desde que possam ser eliminados por raspagem normal pelo consumidor.

No grupo dos espargos brancos, é admitida nos turiões e nas pontas uma ligeira coloração rosada.

Os espargos verdes devem apresentar uma coloração verde em pelo menos 80 % do seu comprimento.

No grupo dos espargos brancos, não são permitidos turiões lenhosos. Em relação aos outros grupos são admitidos vestígios de lenhificação na parte inferior, desde que desapareçam por raspagem normal pelo consumidor.

A secção efectuada na base dos turiões deve ser tão perpendicular ao eixo longitudinal quanto possível.

iii) Categoria II

Esta categoria abrange os turiões que não podem ser classificados nas categorias superiores, mas respeitam as características mínimas acima definidas.

Em relação à categoria I, os turiões podem ser menos bem formados, mais curvados e, atendendo às características normais do grupo a que pertencem, apresentar o gomo terminal ligeiramente aberto.

São admitidos vestígios de ferrugem, desde que possam ser eliminados por raspagem normal pelo consumidor.

A ponta dos espargos brancos pode apresentar uma coloração, incluindo um tom verde.

A ponta dos espargos violetas pode apresentar uma ligeira coloração verde.

Os espargos verdes devem apresentar uma coloração verde em pelo menos 60 % do seu comprimento.

Os turiões podem apresentar-se ligeiramente lenhosos.

A secção da base do turião pode ser ligeiramente oblíqua.

III. DISPOSIÇÕES RELATIVAS À CALIBRAGEM

O calibre é determinado pelo comprimento e pelo diâmetro do turião.

A. Calibragem em função do comprimento

O comprimento dos turiões deve ser:

- superior a 17 cm, no caso dos espargos compridos,
- compreendido entre 12 cm e 17 cm, no caso dos espargos curtos,
- superior a 12 cm, no caso dos espargos da categoria II, dispostos na embalagem não atados em molhos,
- inferior a 12 cm, no caso das pontas de espargos.

O comprimento máximo admitido é de 22 cm para os espargos brancos e os espargos violetas e de 27 cm para os espargos verdes e os espargos violetas/verdes.

A diferença máxima de comprimento entre os turiões apresentados em molhos solidamente atados não deve exceder 5 cm.

B. Calibragem em função do diâmetro

O diâmetro dos turiões é medido no ponto médio do seu comprimento.

O diâmetro mínimo e a calibragem são fixados conforme a seguir indicado:

Espargos brancos e violetas

Categoria	Diâmetro mínimo	Calibragem
Extra	12 mm	Diferença máxima de 8 mm entre o turião mais espesso e o turião menos espesso numa mesma embalagem ou num mesmo molho
I	10 mm	Diferença máxima de 10 mm entre o turião mais espesso e o turião menos espesso numa mesma embalagem ou num mesmo molho
II	8 mm	Não são feitas exigências quanto à homogeneidade

Espargos violetas/verdes e verdes

Categoria	Diâmetro mínimo	Calibragem
Extra e I	3 mm	Diferença máxima de 8 mm entre o turião mais espesso e o turião menos espesso numa mesma embalagem ou num mesmo molho
II	3 mm	Não são feitas exigências quanto à homogeneidade

IV. DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS TOLERÂNCIAS

Em cada embalagem são admitidas tolerâncias de qualidade e de calibre no que respeita a produtos que não satisfazem os requisitos da categoria indicada.

A. Tolerâncias de qualidadei) *Categoria «Extra»*

5 %, em número ou em peso, de turiões que não correspondam às características da categoria, mas respeitem as da categoria I ou, excepcionalmente, sejam abrangidos pelas tolerâncias desta última ou apresentem fendas ligeiras não cicatrizadas ocorridas após a colheita.

ii) *Categoria I*

10 %, em número ou em peso, de turiões que não correspondam às características da categoria, mas respeitem as da categoria II ou, excepcionalmente, sejam abrangidos pelas tolerâncias desta última ou apresentem fendas ligeiras não cicatrizadas ocorridas após a colheita.

iii) *Categoria II*

10 % em número ou em peso, de turiões que não correspondam às características da categoria, nem respeitem as características mínimas, com exclusão dos produtos com podridões ou qualquer outra alteração que os torne impróprios para consumo. Além desta tolerância, são admitidos turiões ocos ou que apresentem fendas muito ligeiras devidas à lavagem, até um limite máximo de 10 %, em número ou em peso.

Em nenhum caso os turiões ocos podem exceder 15 %, em número ou em peso.

B. Tolerâncias de calibre

Para todas as categorias: 10 % em número ou em peso, de turiões que não correspondam ao calibre indicado e que apresentem um desvio máximo, em relação aos limites definidos, de 1 centímetro para o comprimento e 2 milímetros para o diâmetro.

V. DISPOSIÇÕES RELATIVAS À APRESENTAÇÃO**A. Homogeneidade**

O conteúdo de cada embalagem, de cada embalagem unitária ou de cada molho na mesma embalagem deve ser homogéneo e comportar apenas espargos da mesma origem, qualidade, grupo de coloração e calibre (desde que, no que respeita a este último critério, a calibragem seja obrigatória).

Todavia, no que diz respeito à coloração, são admitidos turiões de diferentes grupos de coloração, dentro dos seguintes limites:

- espargos brancos: 10 %, em número ou em peso, de espargos violeta nas categorias «Extra» e I e 15 % na categoria II,
- espargos violetas, verdes e violetas/verdes: 10 % em número ou em peso, de espargos de coloração diferente.

Além disso, na categoria II os espargos brancos podem apresentar-se misturados com espargos violetas, desde que se efectue uma marcação adequada.

A parte visível do conteúdo da embalagem, da embalagem unitária ou do molho deve ser representativa da sua totalidade.

B. Apresentação

Os espargos podem ser acondicionados dos seguintes modos:

i) *Em molhos solidamente atados*

Os turiões da periferia de cada molho devem corresponder, em termos de aspecto e de diâmetro, à média de todo o molho.

Na categoria «Extra», os turiões apresentados em molhos devem ser do mesmo comprimento.

Os molhos devem ser dispostos regularmente nas embalagens; cada molho pode ser protegido por papel.

Em cada embalagem, os molhos devem ter o mesmo peso e comprimento.

ii) *Em embalagens unitárias ou dispostos na embalagem não atados em molhos.*

C. Acondicionamento

Os espargos devem ser acondicionados de modo a ficarem convenientemente protegidos.

Os materiais utilizados no interior das embalagens devem ser novos e estar limpos e não devem ser susceptíveis de provocar alterações internas ou externas nos produtos. É autorizada a utilização de materiais (nomeadamente de papéis ou selos) que ostentem indicações comerciais, desde que a impressão ou rotulagem sejam efectuadas com tintas ou colas não tóxicas.

As embalagens devem estar isentas de corpos estranhos.

VI. DISPOSIÇÕES RELATIVAS À MARCAÇÃO

Cada embalagem deve apresentar, em caracteres legíveis, indeléveis, visíveis do exterior e agrupados do mesmo lado, as seguintes indicações:

A. Identificação

Embalador e/ou expedidor: nome e endereço ou identificação simbólica emitida ou reconhecida por um serviço oficial. Contudo, quando for utilizado um código (identificação simbólica), a indicação «embalador e/ou expedidor» (ou uma abreviatura equivalente) deve figurar na proximidade desse código (identificação simbólica).

B. Natureza do produto

«Espargos» seguido da indicação «brancos», «verdes», «violetas» ou «violetas/verdes», se o conteúdo não for visível do exterior e, se for caso disso, as indicações «curtos», «pontas» ou «mistura de brancos e violetas».

C. Origem do produto

País de origem e, eventualmente, zona de produção ou denominação nacional, regional ou local.

D. Características comerciais

— Categoria;

— Calibre, expresso:

a) no caso dos espargos sujeitos a regras de homogeneidade, pelos diâmetros mínimo e máximo,

b) no caso dos espargos não sujeitos a regras de homogeneidade, pelo diâmetro mínimo seguido do diâmetro máximo ou da expressão «e +»;

— Número de molhos ou de embalagens unitárias, no caso dos espargos acondicionados sob estas formas.

E. Marca oficial de controlo (facultativa)

REGULAMENTO (CE) N.º 2378/1999 DA COMISSÃO
de 9 de Novembro de 1999

que rectifica o Regulamento (CE) n.º 1282/1999 que prevê a concessão da indemnização compensatória às organizações de produtores, em relação ao atum entregue à indústria de transformação durante o período compreendido entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 1998

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 3759/92 do Conselho, de 17 de Dezembro de 1992, que adopta a organização comum de mercado no sector dos produtos da pesca e da aquicultura ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 3318/94 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 6 do seu artigo 18.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Com o Regulamento (CE) n.º 1282/1999 da Comissão ⁽³⁾, a indemnização compensatória referida no artigo 18.º do Regulamento (CEE) n.º 3759/92 foi concedida, para o período compreendido entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 1998, a determinadas organizações de produtores para o atum voador e gaiado; na versão espanhola do referido regulamento, publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, a menção da espécie «Patudo» está errada e deve ser substituída por «Atún blanco»; dado que o erro não é imediatamente detectável pelos operadores económicos interessados, é conveniente proceder a uma rectificação do regulamento em causa;
- (2) Por outro lado, por força do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 142/98 da Comissão, de 21 de Janeiro de 1998, que estabelece as regras de execução relativas à concessão da indemnização compensatória para os atuns destinados à indústria de transformação ⁽⁴⁾, o pedido de pagamento da indemnização deve ser apresentado pela organização de produtores interessada às autoridades nacionais competentes o mais tardar no prazo de 45

dias seguintes à entrada em vigor do regulamento em causa, ou seja até 6 de Agosto de 1999; contudo, devido ao erro não detectável na versão espanhola do Regulamento (CE) n.º 1282/1999, certos operadores podem não ter apresentado um pedido de pagamento da indemnização; em consequência, é necessário dar início ao prazo de 45 dias na data de entrada em vigor do presente regulamento, sempre que o pedido de pagamento da indemnização não tiver ainda ser apresentado pelas organizações de produtores interessadas;

- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Produtos da Pesca,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Só diz respeito ao texto em espanhol.

Artigo 2.º

O prazo de 45 dias referido no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 142/98 só terá início na data de entrada em vigor do presente regulamento, desde que o pedido de pagamento da indemnização não tenha ainda sido apresentado pelas organizações de produtores interessadas.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Novembro de 1999.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 388 de 31.12.1992, p. 1.

⁽²⁾ JO L 350 de 31.12.1994, p. 15.

⁽³⁾ JO L 153 de 19.6.1999, p. 40.

⁽⁴⁾ JO L 17 de 22.1.1998, p. 8.

REGULAMENTO (CE) N.º 2379/1999 DA COMISSÃO
de 9 de Novembro de 1999
relativo à entrega de certificados de importação para carne de bovino de alta qualidade, fresca,
refrigerada ou congelada

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 936/97 da Comissão, de 27 de Maio de 1997, relativo à abertura e modo de gestão dos contingentes pautais para carnes de bovino de alta qualidade, fresca, refrigerada ou congelada⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 134/1999⁽²⁾,

- (1) Considerando que o Regulamento (CE) n.º 936/97 prevê nos seus artigos 4.º e 5.º as condições dos pedidos e a emissão dos certificados de importação da carne referida na alínea f) do seu artigo 2.º;
- (2) Considerando que o Regulamento (CE) n.º 936/97, na alínea f) do seu artigo 2.º, fixou em 11 500 toneladas a quantidade de carne de bovino de alta qualidade, fresca, refrigerada ou congelada, originária e proveniente dos Estados Unidos da América e do Canadá, que pode ser importada em condições especiais para o período de 1 de Julho de 1999 a 30 de Junho de 2000;
- (3) Considerando que é importante lembrar que os certificados previstos pelo presente regulamento só podem ser

utilizados durante todo o seu período de validade sem prejuízo dos regimes existentes em matéria veterinária,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

1. Todos os pedidos de certificado de importação apresentados de 1 a 5 de Novembro de 1999 em relação à carne de bovino de alta qualidade, fresca, refrigerada ou congelada, referida na alínea f) do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 936/97, serão satisfeitos na íntegra.

2. Os pedidos de certificados podem ser depositados, nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 936/97, no decurso dos cinco primeiros dias do mês de Dezembro de 1999 para 5 036,050 t.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 11 de Novembro de 1999.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de Novembro de 1999.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 137 de 28.5.1997, p. 10.

⁽²⁾ JO L 17 de 22.1.1999, p. 22.

RECTIFICAÇÕES

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 2348/1999 da Comissão, de 3 de Novembro de 1999, que fixa os preços comunitários de produção e os preços comunitários de importação para os cravos e as rosas em aplicação do regime de importação de determinados produtos de floricultura originários de Chipre, de Israel, da Jordânia, de Marrocos, bem como da Cisjordânia e da Faixa de Gaza

(«Jornal Oficial das Comunidades Europeias» L 281 de 4 de Novembro de 1999)

Na página 66, no segundo parágrafo do artigo 2.º:

em vez de: «É aplicável de 3 a 23 de Novembro de 1999»,

deve ler-se: «É aplicável de 3 a 16 de Novembro de 1999».